

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Habitasec Securitizadora S.A., relativas ao exercício findo em 31/12/2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras. No exercício findo em 31/12/2022 a Companhia emitiu 71 (setenta e um) novas séries de CRI, totalizando as operações o montante de R\$ 1.721.313.000. O resultado líquido obtido pela Companhia no exercício foi um lucro de R\$ 7.449.892 (lucro de 4.867.240 em 31 de dezembro 2021) e o seu patrimônio líquido atingiu o

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

montante de R\$ 4.950.776 (R\$ 3.355.884 em 2021). Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento consultar os auditores independentes Moore MSLL Lima Lucchesi Auditores e Contadores Ltda. ("Moore MSLL") no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. A Companhia contratou a Moore MSLL para

prestação de serviços técnicos especializados em auditoria contábil. Em 2022 e 2021, não houve a contratação de serviços não relacionados a auditoria externa. Declaração da Diretoria: Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7/12/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2022.
São Paulo, 13/03/2023.

Balanco Patrimonial	Nota Explicativa	Nota	
		31/12/2022	31/12/2021
Ativo/Circulante		6.793.407	3.103.072
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.356.066	1.534.452
Clientes	5	45.414	128.887
Impostos a recuperar	6	3.826.284	1.166.360
Outros valores a receber		559.748	265.873
Despesas antecipadas		2.917	4.690
Partes relacionadas	7	2.978	2.810
Não Circulante		733.341	177.528
Depósito judicial	8	111.855	-
Imobilizado	9	621.486	177.528
Total do Ativo		7.526.748	3.280.600

Balanco Patrimonial	Nota Explicativa	Nota	
		31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante			
Impostos e contribuições a recolher	10	50.455	268.335
Obrigações trabalhistas	11	1.836.887	207.537
Outras obrigações		688.630	448.844
Total do Circulante		2.575.972	924.716
Patrimônio Líquido	13	4.950.776	2.355.884
Capital social		500.000	500.000
Reservas de lucros		4.450.776	1.855.884
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		7.526.748	3.280.600

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas de Lucros			
	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas de lucros	Lucros Acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.300.000	422.854	372.790	-
Redução de capital	(2.800.000)	-	-	(2.800.000)
Lucro do exercício	-	-	-	4.867.240
Destinação do lucro	-	-	(372.790)	(3.434.210)
• Dividendos pagos	-	-	322.854	-
• Reserva legal	-	(322.854)	-	-
• Reserva Estatutária	-	-	1.433.030	(1.433.030)
Saldo em 31 dezembro de 2021	500.000	100.000	1.755.884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	500.000	100.000	1.755.884	-
Lucro do exercício	-	-	-	7.449.892
Dividendos pagos	-	-	(1.755.000)	(3.100.000)
Reserva Estatutária	-	-	4.349.892	(4.349.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	500.000	100.000	4.350.776	4.950.776

	Reservas de Lucros			
	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas de lucros	Lucros Acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.300.000	422.854	372.790	-
Redução de capital	(2.800.000)	-	-	(2.800.000)
Lucro do exercício	-	-	-	4.867.240
Destinação do lucro	-	-	(372.790)	(3.434.210)
• Dividendos pagos	-	-	322.854	-
• Reserva legal	-	(322.854)	-	-
• Reserva Estatutária	-	-	1.433.030	(1.433.030)
Saldo em 31 dezembro de 2021	500.000	100.000	1.755.884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	500.000	100.000	1.755.884	-
Lucro do exercício	-	-	-	7.449.892
Dividendos pagos	-	-	(1.755.000)	(3.100.000)
Reserva Estatutária	-	-	4.349.892	(4.349.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	500.000	100.000	4.350.776	4.950.776

qualquer outra natureza, movidos contra a Companhia, cuja probabilidade de perdas fosse avaliada pela Administração como provável ou possível.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	437	23.041
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.355.629	1.511.411
	2.356.066	1.534.452

Nota 5 - Clientes - R\$ 45.414 (R\$ 128.887 em 31/12/2021): Os valores a receber de clientes referem-se ao faturamento de prestação de serviços de intermediação na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários. **Nota 6 - Impostos s Recuperar:** Trata-se de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS retidos na fonte ou recolhidos a maior, a serem compensados com impostos e contribuições futuras, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo negativo de IRPJ de exercícios anteriores	3.823.470	1.094.871
IRRF e PCC pagos a maior	638	4.119
Impostos retidos na fonte	2.176	67.370
	3.826.284	1.166.360

Nota 7 - Partes Relacionadas: A Companhia realizou no exercício transações com partes relacionadas, sendo que as mesmas produziram saldos a receber de R\$ 2.978 (R\$ 2.810 em 31/12/2021). As despesas com honorários da administração, exceto por labor variável e sem encargos sociais, totalizam R\$ 538.819 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 555.385 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração. **Nota 8 - Depósito Judicial:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui R\$ 111.855 em depósitos judiciais relacionados a um cumprimento definitivo de sentença em processo que figura como requerida juntamente com a Fazenda Imperial Empreendimentos Imobiliários, cujo desfecho é avaliado como favorável à Companhia pela sua Administração e seus consultores jurídicos. **Nota 9 - Imobilizado:** O saldo do imobilizado é composto de: a) Imobilizado de Uso:

Imobilizado de Uso	Taxa de Depreciação			
	Anual	31/12/2021	Adições	Saldo 31/12/2022
Móveis e utensílios	10%	34.347	-	34.347
Computadores e periféricos	20%	180.453	109.130	289.583
Instalações	10%	8.436	-	8.436
Equipamentos de comunicação	10%	3.100	-	3.100
Imobilizado		226.336	109.130	335.466

Depreciações	Taxa de Depreciação			
	Anual	31/12/2021	Adições	Saldo 31/12/2021
Móveis e utensílios	10%	(13.143)	(3.435)	(16.578)
Computadores e periféricos	20%	(77.033)	(43.576)	(120.609)
Instalações	10%	(3.539)	(844)	(4.383)
Equipamentos de comunicação	10%	(1.015)	(310)	(1.325)
Depreciações		(94.730)	(48.164)	(142.895)
Imobilizado de uso líquido		-	131.606	-

b) Gastos com benfeitorias em imóvel de terceiros, realizadas no imóvel sede da Companhia, a serem amortizados pelo prazo do contrato de locação.

Benfeitorias Imóvel de Terceiros	Saldo em		Saldo em	
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	352.590	473.239	(352.590)	473.239
(-) Amortizações	(306.668)	(90.246)	352.590	(44.324)
Benfeitorias Líquido	45.922	-	-	428.915
Total do Imobilizado (a) + (b)	177.528	-	-	621.486

Nota 10 - Impostos e Contribuições a Recolher: O Saldo de Impostos e contribuições a recolher é assim composto:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de IRPJ e CSLL	-	-
CSLL a recolher	13.975	119.541
Cofins, PIS e ISS a recolher	26.510	33.015
Impostos retidos no pagamento de terceiros	9.233	13.624
Impostos sobre honorários e salários	737	102.155
	50.455	268.335

Nota 11 - Obrigações Trabalhistas: O saldo de obrigações trabalhistas é assim composto:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias e encargos	201.105	207.537
Pensão alimentícia a pagar	830	-
Pró-labore variável a pagar	1.084.952	-
PLR a pagar	550.000	-
	1.836.887	207.537

Nota 12 - IR e CS sobre o lucro: a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O IR é apurado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 mil, no exercício de 12 meses, enquanto a CS é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. As composições das despesas de IR e CS nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 encontram-se resumidas a seguir:

	31/12/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	11.251.351	11.251.351	7.338.243	7.338.243	-	7.338.243
Adições/Exclusões	-	-	-	-	-	-
(-) Reversão de Provisões	-	-	-	-	-	-
(+) Despesas indedutíveis	-	-	-	-	-	-
(=) Resultado tributado	11.251.351	11.251.351	11.251.351	7.338.243	7.338.243	7.338.243
IR - Alíquota 15%	1.687.703	-	1.687.703	1.100.736	-	1.100.736
IR - Adicional 10%	1.101.135	-	1.101.135	709.825	-	709.825
CS - Alíquota 9%	-	1.012.621	1.012.621	-	660.442	660.442
	2.788.838	1.012.621	3.801.459	1.810.561	660.442	2.471.003

Nota 13 - Patrimônio Líquido: O capital social está representado por 900.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e totalmente integralizadas. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na legislação aplicável, do estatuto social e Acordos de Acionistas. Aos acionistas é assegurado pelo Estatuto Social o direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido ajustado do exercício, nos termos da Lei nº 6.404/76. Conforme o Estatuto Social da Companhia, no seu art. 28, parágrafos 3º e 4º, aos acionistas será assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório e não cumulativo de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. Demonstrativo do cálculo do dividendo mínimo obrigatório para o exercício encerrado em 31 12/2022:

	Valor / %
Lucro líquido do exercício	R\$ 7.449.892
% dividendo mínimo obrigatório	5%
Valor dividendo mínimo obrigatório	R\$ 372.495
Dividendos pagos em 2022 como antecipação lucros do exercício	R\$ 3.100.000
Excesso de dividendos pagos acima do dividendo mínimo obrigatório	R\$ 2.727.505

Demonstrações do Resultado	Acumulado	
	do exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	do exercício 01/01/2021 a 31/12/2021
Receita Bruta		
Prestação de serviços	5.866.808	8.345.287
Deduções da Receita		
Impostos sobre serviços	(566.140)	(805.313)
Receita Operacional Líquida	5.300.668	7.539.974
Receitas (Despesas) Operacionais		
Honorários e encargos sociais da diretoria	(2.587.567)	(2.464.797)
Salários, encargos sociais e benefícios	(4.566.381)	(3.238.966)
Despesas tributárias	(207.999)	(36.683)
Despesas gerais e administrativas	14 (2.751.962)	(1.692.593)
Amortização e depreciação	9a (138.410)	(128.424)
Outras receitas (Despesas) operacionais	108.679	741.588
	(10.143.640)	(6.819.879)
Resultado Antes do Resultado Financeiro	(4.842.972)	720.099
Resultado Financeiro Líquido	15 16.094.323	6.618.144
Resultado Antes dos Impostos	11.251.351	7.338.243
IR e CS sobre o lucro	12 (3.801.459)	(2.471.003)
Lucro Líquido do Exercício	7.449.892	4.867.240
Lucro por ação - R\$	8,28	5,41

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	31/12/2022		31/12/2021	
Atividades Operacionais				
Lucro líquido do exercício		7.449.892		4.867.240
Ajuste que não Afetam o Caixa				
Amortização e depreciação		138.410		128.425
		7.588.302		4.995.665

Variações dos Ativos e Passivos	31/12/2022		31/12/2021	
Clientes		83.473		(35.770)
Impostos a recuperar		(2.659.924)		(263.789)
Outros valores a receber		(405.898)		(7.833)
Despesas antecipadas		1.773		(1.302)
Impostos e contribuições a recolher		(217.879)		98.580
Obrigações trabalhistas		1.629.350		75.010
Outras obrigações		239.918		337.479
		(1.329.289)		202.374
Fluxo de Caixa Gerado nas Atividades Operacionais		6.259.013		5.198.038
Atividades de Investimentos: Aquisição de imobilizado		(109.130)		(41.413)
Beneficentias em imóveis de terceiros		(473.239)		-
Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimentos		(582.369)		(41.413)
Atividades de Financiamento: Pagamento de dividendos		(4.855.000)		(3.807.000)
Redução de capital		-		(2.800.000)
Empréstimo		(30)		30
Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Financiamento		(4.855.030)		(6.606.970)

Demonstração do Valor Adicionado	31/12/2022		31/12/2021	
Receitas				
Prestação de serviços		5.866.808		8.345.287
Insunhos Adquiridos de Terceiros				
Material, energia e outros		(8		

→ **continuação**

Habitasec Securitizadora S.A.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Informamos que a Companhia não contraiu outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das informações financeiras que não sejam relativos a trabalhos de auditoria. Em cumprimento à instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 27 de março de 2023.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

monstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no *Pronunciamento Técnico* NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse *Pronunciamento Técnico* e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além

monstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no *Pronunciamento Técnico* NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse *Pronunciamento Técnico* e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além

disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 27 de março de 2023.

disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 27 de março de 2023.

disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 27 de março de 2023.

São Paulo, 27 de março de 2023.



MOORE
MOORE MSLM LIMA LUCCHESI
Auditores e Contadores Ltda.
CRC2SP019874/O-3

Sócio - Sergio Lucchesi Filho
Contador - CRC1SP 101.025/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>